

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP ("Companhia" ou "Sulacap"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2014, acompanhadas das respectivas notas explicativas, relatório dos auditores e atuários independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. Devido a algumas normas emitidas pelo CPC e vigentes na data de publicação dessas demonstrações financeiras ainda não terem sido referendadas pela SUSEP, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. A Administração avaliou as normas emitidas pelo CPC e ainda não referendadas pela SUSEP e entende que a adoção destas normas, quando aprovadas pelo órgão regulador, não irá gerar efeitos significativos no resultado ou patrimônio líquido da Companhia. **1. Conjuntura econômica:** Em 2014, a economia brasileira apresentou baixo nível de crescimento e a demanda doméstica perdeu força, com queda no consumo e retração nos investimentos. Esse contexto de atividade enfraquecida refletiu a piora dos fundamentos da economia, principalmente inflação ascendente e um quadro fiscal que requer atenção. Apesar das circunstâncias adversas, a renda e o nível de emprego apresentaram melhora em relação ao ano de 2013. A economia mundial também foi caracterizada por crescimento fraco, notadamente nos países emergentes, observando-se nos países desenvolvidos desempenho melhor, em especial nos EUA. A demanda externa contribuiu pouco para o crescimento, refletindo a queda nas exportações de produtos básicos e manufaturados. No caso dos produtos básicos, houve forte queda nos preços de commodities no segundo semestre, agravada pelos efeitos da desaceleração da economia chinesa. No caso dos produtos manufaturados, verificou-se piora em parceiros comerciais importantes para o Brasil, em especial na América Latina. No final de 2014, teve início um novo ciclo de ajustes voltados à recuperação dos fundamentos da economia e promoção de um ambiente favorável ao crescimento nos próximos anos. O governo e a nova equipe econômica acreditam que a alta nas taxas de juros e medidas no campo fiscal possam recolocar a inflação em trajetória compatível com as metas. No mercado de seguros, nosso principal mercado, dados preliminares da SUSEP (Superintendência

de Seguros Privados) indicam que a receita com prêmios alcançou um volume total de R\$ 161,6 bilhões, um aumento de 16,6%. Se forem desconsiderados os prêmios dos planos da modalidade VGBL, o mercado de seguros teria atingido a cifra de R\$ 90,2 bilhões contra R\$ 82,9 bilhões em 2013, um crescimento de 8,8%. O segmento de automóveis representou a maior parcela da receita, com participação de 35,6% no total de prêmios emitidos em 2014. Já no mercado de saúde suplementar, segundo dados disponibilizados pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) para os nove primeiros meses de 2014, a receita total era de R\$ 94,6 bilhões para o período em questão, o que representava um crescimento de 16,2% ante o mesmo período de 2013.

2. Principais Informações Financeiras:

(R\$ milhões)	2014	2013	Variação
Arrecadação com títulos de capitalização	2.066,2	1.890,1	9,3%
Variação das provisões técnicas e para resgate	(1.484,8)	(1.493,1)	0,6%
Resultado com sorteio	(295,9)	(273,5)	(8,2%)
Custos de aquisição	(223,5)	(56,3)	NA
Outras receitas e despesas operacionais	(0,1)	(1,7)	NA
Despesas administrativas, tributos	(44,5)	(59,8)	25,7%
Resultado financeiro	52,8	17,2	NA
Resultado patrimonial	37,1	39,3	(5,5%)
Lucro líquido do exercício	78,9	64,4	22,4%

3. Comentário sobre o desempenho: A Sulacap totalizou R\$ 2.066,2 milhões na arrecadação com títulos de capitalização em 2014, um crescimento de 9,3% quando comparado ao ano anterior. O resultado com sorteios representou uma despesa de R\$ 295,9 milhões, 8,2% maior do que em 2013. O resultado financeiro foi de R\$ 52,8 milhões e o lucro líquido no período foi de R\$ 78,9 milhões, aumento de 22,4% frente ao ano anterior.

4. Distribuição do resultado:

(R\$ milhões)	2014	2013
Descrição	2014	2013
Lucro líquido do exercício antes dos impostos e participações	108,5	75,7
(-) Impostos e contribuições	(28,7)	(8,9)
(-) Participações	(0,9)	(2,4)
Subtotal	78,9	64,4
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(4,0)	(3,2)
Lucro líquido ajustado	74,9	61,2
Dividendos mínimos propostos	(18,7)	(15,3)
Dividendos adicionais	(13,6)	-
Constituição da reserva estatutária	(42,6)	(45,9)

5. Investimentos: Em 31/12/2014, a Companhia mantinha investimentos diretos na Caixa Capitalização S.A., no montante de R\$ 73,3 milhões.

6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento": A Companhia não possuiu ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **7. Acordo de Acionistas:** A Sul América Capitalização S.A. - SULACAP não é parte de nenhum acordo de acionistas.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015.

A ADMINISTRAÇÃO.

Balancos patrimoniais em 31 dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

	Notas	2014 (Reclassificado)	2013
Ativo			
Ativo circulante		957.456	722.168
Disponível		5.575	1.857
Caixa e bancos	5	5.575	1.857
Aplicações	6	856.518	490.312
Créditos das operações de capitalização	-	82.444	216.081
Créditos das operações de capitalização	7	82.444	216.081
Títulos e créditos a receber	-	12.877	13.794
Títulos e créditos a receber	8	8.209	10.109
Créditos tributários e previdenciários	9	3.169	2.522
Outros créditos	16.1	1.499	1.163
Outros valores e bens	-	-	71
Outros valores			71
Despesas antecipadas	-	42	53
Ativo não circulante	-	221.331	505.146
Realizável a longo prazo	-	138.881	437.019
Aplicações	6	-	318.094
Títulos e créditos a receber	-	138.881	118.925
Créditos tributários e previdenciários	9	41.185	32.682
Depósitos judiciais e fiscais	17.1	97.696	86.243
Investimentos	-	81.490	67.306
Participações societárias	10	73.252	59.077
Imóveis destinados a renda	11	6.880	6.871
Outros investimentos	11	1.358	1.358
Imobilizado	-	904	727
Imóveis de uso próprio		30	55
Bens móveis		865	663
Outras imobilizações		9	9
Intangível	-	56	94
Outros intangíveis		56	94
Total do ativo	-	1.178.787	1.227.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais em 31 dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

	Notas	2014 (Reclassificado)	2013
Passivo			
Passivo circulante		728.558	845.825
Contas a pagar	-	48.613	53.005
Obrigações a pagar	12.1	43.938	42.644
Impostos e encargos sociais a recolher		379	2.865
Encargos trabalhistas		1.574	1.326
Impostos e contribuições		484	3.245
Outras contas a pagar		2.238	2.925
Débitos de operações com capitalização	-	368	389
Débitos operacionais		368	389
Depósitos de terceiros	13	8.610	2.058
Provisões técnicas - Capitalização	14	670.967	790.373
Provisão para resgates		614.048	736.958
Provisão para sorteio		50.933	49.776
Provisão administrativa		5.986	3.639
Passivo não circulante	-	95.642	97.090
Contas a pagar	-	60.455	67.239
Obrigações a pagar	12.1	59.625	64.471
Outras contas a pagar		830	2.768
Outros débitos	-	35.187	29.851
Provisões judiciais	17.2	35.187	29.851
Patrimônio líquido	-	354.587	284.399
Capital social	18.1	180.518	100.309
Aumento de capital em aprovação	18.1	-	79.660
Reservas de capital		9	9
Reservas de reavaliação		3.683	3.683
Reservas de lucros		194.094	133.962
Ajustes de avaliação patrimonial		(23.717)	(33.224)
Total do passivo	-	1.178.787	1.227.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

	Notas	2014	2013
Receita líquida com títulos de capitalização	19.1	587.245	403.397
Arrecadação com títulos de capitalização		2.066.157	1.890.143
Variação da provisão para resgate		(1.478.912)	(1.486.746)
Variação das provisões técnicas	-	(5.877)	(6.390)
Resultado com sorteio	-	(295.905)	(273.475)
Custos de aquisição	19.2	(223.476)	(56.288)
Outras receitas e despesas operacionais	19.3	(59)	(1.741)
Outras receitas operacionais		7.541	5.322
Outras despesas operacionais		(7.600)	(7.063)
Despesas administrativas	19.4	(38.252)	(53.335)
Pessoal próprio		(23.690)	(29.222)
Serviços de terceiros		(7.668)	(14.715)
Localização e funcionamento		(4.148)	(7.183)
Publicidade e propaganda		(207)	(15)
Publicações		(214)	(224)
Donativos e contribuições		(1.265)	(328)
Despesas administrativas diversas		(1.060)	(1.648)
Despesas com tributos	19.5	(6.221)	(6.511)
Resultado financeiro	19.6	52.849	17.157
Receitas financeiras		105.788	62.172
Despesas financeiras		(52.939)	(45.015)
Resultado patrimonial	-	37.091	39.254
Receitas com imóveis de renda		82	100
Despesas com imóveis destinados à renda ou venda		(72)	(75)
Receitas com ajustes de investimentos em controladas e coligadas	10	37.081	39.229
Resultado operacional	-	107.395	62.068
Ganhos e perdas com ativos não correntes	-	1.099	13.673
Resultado antes dos impostos e participações	-	108.494	75.741
Imposto de renda	19.7	(17.353)	(7.983)
Contribuição social	19.7	(11.345)	(919)
Participações sobre o lucro		(929)	(2.419)
Lucro líquido do exercício	-	78.867	64.420
Quantidade de ações	-	374	275
Lucro líquido por ação	-	210,87	234,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva adicional proposta	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2013	109.422	-	9	3.799	21.884	62.009	1.527	85.420	21.118	-	219.768
Aumento de capital em aprovação		69.660	-	-	-	-	-	-	-	-	69.660
Redução de capital conforme AGE de 01/03/2013	(9.113)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.113)
Adiantamento para futuro aumento de capital		10.000	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000
Ajustes com perdas atuariais		-	-	-	-	949	-	949	(949)	-	-
Dividendo adicional proposto pago		-	-	-	-	-	(1.527)	(1.527)	-	-	(1.527)
Baixa de reserva de reavaliação		-	-	(116)	-	-	-	-	-	-	(116)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(53.393)	-	(53.393)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64.420	64.420
Proposta para distribuição do resultado:											
Reserva legal	-	-	-	-	3.221	-	-	3.221	-	(3.221)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	45.899	-	45.899	-	(45.899)	-
Dividendos mínimos propostos - R\$42.381,08 por ação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.300)	(15.300)
Saldos em 31/12/2013	100.309	79.660	9	3.683	25.105	108.857	-	133.962	(33.224)	-	284.399
Aprovação de aumento de capital pela portaria Nº 5792 de 31/03/2014	69.660	(69.660)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital conforme AGE de 30/04/2014		549	-	-	-	-	-	-	-	-	549
Aprovação de aumento de capital pela portaria Nº 52 de 02/09/2014	10.549	(10.549)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ajustes	-	-	-	-	-	(4)	-	(4)	-	-	(4)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	9.507	-	9.507
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	78.867	78.867
Proposta para distribuição do resultado:											
Reserva legal	-	-	-	-	3.943	-	-	3.943	-	(3.943)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	42.607	-	42.607	-	(42.607)	-
Dividendos obrigatórios - R\$50.082,89 por ação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.731)	(18.731)
Dividendos adicionais propostos - R\$36.326,20 por ação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.586)	(13.586)
Saldos em 31/12/2014	180.518	-	9	3.683	29.048	151.460	-	13.586	13.586	(23.717)	354.587

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

	2014 (Reclassificado)	2013
Atividades operacionais	2014 (Reclassificado)	2013
Recebimentos com títulos de capitalização	533.940	495.846
Pagamentos de resgates, sorteios e comissões	(476.861)	(411.351)
Pagamentos de despesas e obrigações	(52.859)	(64.255)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(2.743)	(19)
Recebimento de juros e dividendos	37.263	39.228
Constituição de depósitos judiciais	(7.966)	(5.879)
Resgates de depósitos judiciais	817	1.168
Outros recebimentos operacionais	-	1.157
Outros pagamentos operacionais	(1.6	

Administração julgou que os impactos nas demonstrações financeiras de 01/01/2013 não foram significativos para a compreensão destas demonstrações financeiras, não sendo necessária a apresentação do balanço patrimonial reclassificado para aquela data. Em 2014 a Companhia reclassificou ativos classificados na rubrica "Ativos mantidos para venda" para a rubrica "Investimentos" (vide nota 11). Com o objetivo de atender a exigência de divulgação do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia reclassificou seus débitos e créditos tributários de 2013, alinhando-os aos apresentados em 2014, pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição. Em 31/12/2013, os R\$2.455 de débito tributário que foram divulgados na rubrica "Tributos diferidos", no passivo não circulante, foram reclassificados para o ativo não circulante, para a rubrica "Créditos tributários e previdenciários". A Companhia entende que essas reclassificações, para fins de divulgação e que não afetam o capital circulante líquido não são relevantes. O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 24/02/2015.

2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Disponível (nota 5); • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 6); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 6).

2.3. Moeda funcional e de apresentação: Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas a seguir tem sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Resumo das práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • **Receita com títulos de capitalização:** O resultado é apurado pelo regime de competência, incluindo a receita com títulos comercializados juntos as instituições parceiras comerciais, em que o intervalo de tempo entre a data de efetivo pagamento pelo parceiro e o respectivo ingresso do recurso financeiro na Companhia é superior a 1 (um) dia, excetuando-se as importâncias recebidas diretamente dos subscritores de títulos de capitalização, que são reconhecidas contabilmente como receitas com títulos de capitalização pelo regime de caixa. Em relação aos títulos de pagamento único (PU), a Companhia mantém o reconhecimento de suas correspondentes receitas de forma integral no mês de emissão. • **Receita com resgate antecipado de títulos de capitalização:** A receita com resgate antecipado de títulos de capitalização é registrada pelo regime de competência. Corresponde à penalidade prevista nas condições gerais do título de capitalização para o resgate antecipado, não excedendo a 10% dos valores das contribuições efetuadas até a data do resgate. • **Receita com a prescrição de títulos:** A receita com a prescrição de títulos corresponde às contribuições registradas nas provisões para resgates de títulos vencidos e antecipados e não resgatados pelos subscritores dos títulos de capitalização nos prazos estabelecidos no Código Civil. **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: **3.2.1. Mensurados a valor justo por meio do resultado:** • **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos (vide nota 4.3.) e de acordo com a gestão de riscos. • **Derivativos:** São classificados no ativo ou passivo circulante como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo compostos por contratos futuros. **3.2.2. Disponíveis para a venda:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "mantidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Mantidos até o vencimento:** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. **3.2.4. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelos créditos a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esses ativos são reconhecidos no resultado. **3.4. Participações societárias:** Reconhecidas inicialmente pelo valor justo, ajustadas pela redução ao valor recuperável e avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. **3.5. Redução ao valor recuperável:** • **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo, se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, estimados de maneira confiável, tais como: desvalorização significativa ou prolongada reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, entre outros. • **Ativos não financeiros:** Os saldos dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 3 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.7. Provisões técnicas de capitalização:** As provisões técnicas são constituídas e atualizadas mensalmente, de acordo com as notas técnicas, observadas as regulamentações vigentes, apresentadas no passivo circulante em função do prazo de carência ser inferior a 12 meses, conforme determinado pela SUSEP, conforme a seguir: **3.7.1. Provisão matemática para capitalização (PMC):** A PMC é constituída para a cobertura dos valores garantidos para o resgate, com base nos valores arrecadados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial. **3.7.2. Provisão para resgates (PR):** A PR é constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título, devendo contemplar tantos os títulos vencidos quanto os títulos antecipados. **3.7.3. Provisão para sorteios a realizar (PSR):** A PSR é constituída para a cobertura dos valores relativos aos sorteios dos títulos ainda não realizados, cujos sorteios tenham sido custeados, mas que na data da constituição ainda não tenham sido realizados. **3.7.4. Provisão para sorteios a pagar (PSP):** A PSP é constituída na data de realização do sorteio do título de capitalização. **3.7.5. Provisão para despesas administrativas (PDA):** A PDA é constituída para a cobertura dos valores esperados para as despesas administrativas dos planos de capitalização. **3.8. Provisões para ações judiciais:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis não relacionados a indenizações contratuais, reclamações trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelo Departamento Jurídico interno, pelos consultores legais independentes e pela Administração da Companhia. • **Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais trabalhistas e cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adicionalmente à avaliação individual do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda e o desembolso financeiro. As provisões para processos judiciais estão contabilizadas no passivo não circulante, na rubrica "Provisões judiciais". Os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cíveis e trabalhistas, estão contabilizados no passivo não circulante, na rubrica "Provisões judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais". • **Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, provisionados estão contabilizados na rubrica "Contas a pagar - obrigações a pagar", no passivo não circulante. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.9. Benefício a empregados:** Os benefícios compreendem o plano de contribuição definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), o Benefício de Renda Vitalícia e o Programa de Indenização para Executivos. Os custos com o PGBL são reconhecidos no resultado pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com os benefícios de renda vitalícia e com o programa de indenização de executivos são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos efetuados por atuários internos, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuárias. **3.10. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas

demonstrações financeiras anuais. **3.11. Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se a probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 6); • Créditos tributários e previdenciários (nota 9.1); e • Ações fiscais (nota 17.2). **3.12. Ativos e passivos sem vencimento:** A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações judiciais e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica de processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Companhia. No caso de contas como "Depósitos de terceiros", devido à natureza e ao giro da operação, a Companhia classifica todo o montante em circulante. **3.13. Normas emitidas e revisadas: (a) Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Alterações e novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente:** No exercício corrente, a Companhia aplicou diversas emendas e novas interpretações às normas IFRS e aos CPC emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, inclusive. A Companhia avaliou as revisões e alterações de normas a seguir e verificou que não há impacto em suas demonstrações financeiras: • **IAS 36/CPC01(R1) - Redução no valor recuperável de ativo (Impairment of assets) (alteração):** A versão revisada da norma traz alterações em divulgação, adaptando-a aos requerimentos do IFRS 13/CPC 46 – Mensuração ao valor justo e requerendo a divulgação do valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) quando mensurados ao valor justo menos o custo de alienação. A atual versão da norma retira a obrigação de divulgação do montante recuperável de uma UGC para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado à unidade geradora de caixa. • **IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração (Financial Instruments: Recognition and measurement) (alteração):** A alteração na norma fala sobre o hedge accounting e que não há a necessidade de descontinuar o caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições. A Companhia não tem hedge accounting em suas demonstrações financeiras. • **IAS 32/CPC39 – Instrumentos financeiros: Apresentação (Financial Instruments: Presentation) (alteração):** A alteração da norma traz esclarecimentos sobre os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros e o direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido e realizar o ativo e liquidar passivo simultaneamente. Em relação à nova interpretação, a seguir: • **IFRIC 21 – Taxas governamentais (Levies) (nova interpretação):** A Companhia aplicou o IFRIC 21 pela primeira vez no exercício atual. Esta norma endereça o momento de reconhecer um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos impostos por um governo. A aplicação dessa interpretação pela Companhia não trouxe impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Alterações e novas interpretações revisadas já emitidas e ainda não adotadas • IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento):** Introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A SulAmérica ainda está avaliando os impactos da nova norma em suas demonstrações financeiras e os possíveis efeitos na política de investimentos e no gerenciamento de ativos e passivos (ALM). • **IFRS 15 – Receita de contratos com clientes:** A nova norma introduz a obrigação de reconhecer a receita quando representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no que reflita a consideração de qual montante esperado que seja capaz de ser trocado por aqueles bens ou serviços e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2017 (inclusive), porém não é aplicável a contratos de seguros e, portanto, não é relevante para a Companhia. (b) **Receita Federal do Brasil (RFB):** Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/2014 que traz alterações na legislação tributária federal e tem por objetivo harmonizar as regras que regem os tributos federais com os novos critérios e procedimentos contábeis implantados pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 (normas contábeis internacionais – IFRS), extinguindo o Regime Tributário de Transição (RTT). A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015 com a opção de adoção antecipada já a partir de 1º de janeiro de 2014. A Companhia avaliou a norma e concluiu que não há efeitos relevantes e que não irá adotar a norma antecipadamente e sim, a partir de 1º de janeiro de 2015 (inclusive). **4. Gestão de riscos:** A SulAmérica investe no desenvolvimento contínuo de seus protocolos de gestão dos riscos resultantes de seus contratos e processos, inspirada nas melhores práticas internacionais. O gerenciamento dos riscos corporativos é realizado de forma integrada entre as linhas de defesa da organização que compreende as unidades de negócios, as áreas corporativas de gestão de riscos, compliance e controles internos, a estrutura de comissão permanente e comitê colegiados de gestão de riscos e o suporte da área de auditoria interna. A estrutura desenvolvida permitiu a organização implementar um processo contínuo e evolutivo, estabelecido pelo Conselho de Administração, supervisionado pelo Comitê de Auditoria e executado pelo corpo executivo em processos integrados de identificação dos riscos, quantificação, reporte, monitoramento e planos de ação de resposta as ameaças que estejam em desacordo com o apetite a riscos estabelecido na organização. Com a finalidade de suportar o alcance dos objetivos estabelecidos, o processo de gestão de riscos compreende todos os riscos corporativos, incluindo, mas não limitado aos riscos de

concentração, subscrição, mercado, crédito e operacional. **4.1. Riscos de concentração das operações:** A Companhia possui operações em todo o território nacional. As linhas de produtos estão concentradas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Ceará. A tabela abaixo mostra a concentração da arrecadação com títulos de capitalização por unidade da federação.

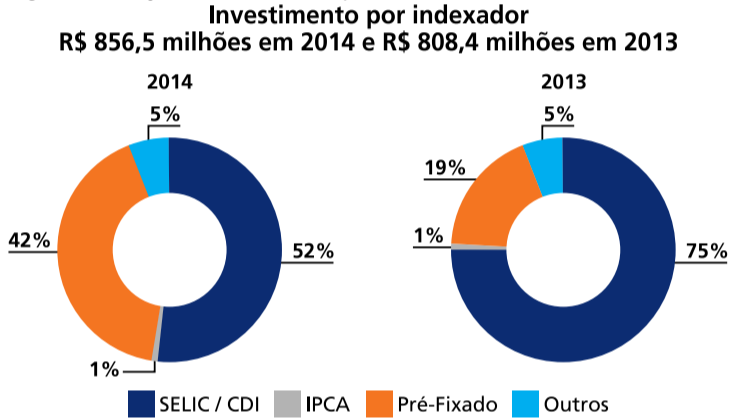
UF	Representatividade	
	2014	2013
SP	28%	31%
MG	19%	20%
RJ	15%	15%
SC	12%	7%
PR	6%	4%
DF	4%	4%
CE	4%	6%
Outros	12%	13%
Total	100%	100%

4.2. Risco de subscrição: A emissão de títulos e contratos rentáveis com clientes depende do correto dimensionamento dos preços dos produtos. A SulAmérica possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços para cada perfil de cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Adicionalmente, a SulAmérica conta com ações específicas para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus clientes como processos de eficiência de custos e otimização de rede de distribuidores, dentre outros. As tabelas a seguir apresentam análise da sensibilidade no resultado e patrimônio líquido para os negócios de capitalização.

Premissas	2014	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(657)	(394)
Aumento de 1% nos custos de aquisição	(2.235)	(1.341)

Premissas	2013	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(533)	(320)
Aumento de 1% nos custos de aquisição	(563)	(338)

A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo, executado pela área atuarial corporativa que desempenha testes de consistências e recálculos periódicos a fim de avaliar a precisão das metodologias empregadas em cada uma das linhas de negócio. As provisões técnicas matemáticas apresentaram a movimentação que pode ser observada na nota 14.1. **4.3. Risco de mercado:** Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos financeiros ou de seguros, inclui o risco de oscilação nos investimentos devido a flutuações de taxa de juros, preço de ações, oscilações de câmbio ou variações nos passivos decorrentes de mudanças nas variáveis macroeconômicas. A gestão dos investimentos da companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos da SulAmérica. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas da tempestividade de liquidação e possibilidade de variação dos valores de resgate frente a mudanças no ambiente macroeconômico. Diariamente e de acordo com a política de investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizado testes de stress (Stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os resultados obtidos para o período de VaR e Stress test podem ser observados na nota 6.3. Em decorrência do processo de ALM, está demonstrada a seguir a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2014 e 2013.

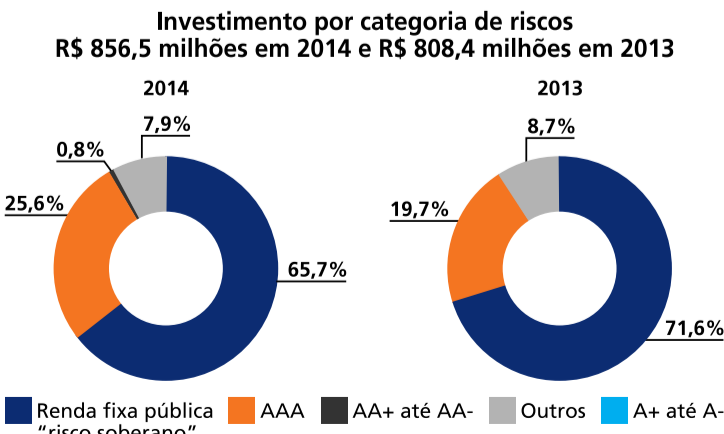


4.4. Risco de liquidez: A política de investimentos da SulAmérica prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros. A Companhia realiza projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez da Companhia. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2014 e 2013.

Descrição	Até 02 anos ou sem vencimento		Mais de 02 anos e até 05 anos		Mais de 05 anos e até 10 anos		Mais de 10 anos		Valor de curva / custo		Valor de mercado		Ganho ou (perda)		Valor contábil	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Instrumentos financeiros																
Aplicações financeiras	275.050	321.366	257.871	12.410	866.697	856.518	(10.179)	856.518								
Valor justo por meio do resultado	86.544	2.694	–	–	89.238	89.210	(28)	89.210								
Disponível para venda	188.506	318.672	257.871	12.410	777.459	767.308	(10.151)	767.308								
Títulos de Capitalização	670.967	–	–	–	670.967	–	–	670.967								
Provisões técnicas	670.967	–	–	–	670.967	–	–	670.967								
Refinanciamento fiscal - REFIS	14.858	7.542	12.004	–	34.404	–	–	34.404								

Descrição	Até 02 anos ou sem vencimento		Mais de 02 anos e até 05 anos		Mais de 05 anos e até 10 anos		Mais de 10 anos		Valor de curva / custo		Valor de mercado		Ganho ou (perda)		Valor contábil	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Instrumentos financeiros																
Aplicações financeiras	650.699	115.467	34.663	11.657	812.486	808.406	(4.080)	808.406								
Valor justo por meio do resultado	296.784	–	–	–	296.784	296.784	–	296.784								
Disponível para venda	353.915	115.467	34.663	11.657	515.702	511.622	(4.080)	511.622								
Títulos de Capitalização	790.373	–	–	–	790.373	–	–	790.373								
Provisões técnicas	790.373	–	–	–	790.373	–	–	790.373								
Refinanciamento fiscal - REFIS	18.020	7.256	11.461	1.910	38.647	–	–	38.647								

O critério de apresentação dos instrumentos financeiros utilizado na tabela por idade foi pela data de vencimento destes ativos. No entanto, alguns instrumentos financeiros possuem liquidez imediata apesar de estarem distribuídos pelas diversas faixas da tabela, sendo na sua totalidade suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas. **4.5. Risco de crédito:** Decorrente do não cumprimento de contratos, o risco de crédito pode afetar significativamente os resultados da Companhia caso os emissores de créditos privados não honrem com os pagamentos nas datas previstas. A Companhia considera em sua política de investimentos limites específicos para contratação de crédito privado e conta com um Comitê de Crédito que avalia o risco de cada emissor. Os gráficos a seguir apresentam a classificação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 2014 um percentual de 91,3% (91,3% em 2013) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos de maior rating possível, segundo as agências classificadoras Fitch, S&P e Moody's (classe AAA).



4.6. Risco operacional: O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos macroprocessos organizacionais e com o uso de dicionário específico envolvendo os gestores da organização. Para a quantificação destes riscos, são utilizadas auto-avaliações além de insumos oriundos de uma base de perdas operacionais. Todo o processo é realizado de forma sistemática e atualizado periodicamente gerando insumos

para a área de gestão de riscos corporativos, controles internos e auditoria interna. Através destes insumos, os macroprocessos são avaliados de acordo com o apetite a riscos estabelecidos e planos de ação são determinados para os casos identificados com risco alto. A gestão dos riscos operacionais conta ainda com o desenvolvimento do plano de continuidade de negócios, tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prever o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise, evitando e minimizando perdas financeiras para a Companhia e seus clientes. **4.7. Gestão do capital:** A Companhia apura mensalmente, a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Os resultados destas análises são transformados em métricas de acompanhamento, divulgadas e discutidas em reuniões específicas pela alta administração. A tabela abaixo demonstra a suficiência do capital regulatório em relação ao PLA apurado no período.

	2014
Patrimônio líquido contábil	354.587
Deduções:	
Participações societárias em sociedades financeiras e não financeiras	(73.252)
Despesas antecipadas	(42)
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	(2.292)
Ativos intangíveis	(56)
Obras de arte	(1.358)
Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)	277.587
Capital base (b)	10.800
Capital de risco (c)	58.259
Capital adicional de risco de subscrição (d)	11.960
Capital adicional de risco operacional (e)	13.444
Capital adicional de risco de crédito (f)	37.621
Capital de risco de mercado (g)	–
Capital Mínimo Requerido (CMR) (i)	58.259
Suficiência de capital - R\$ (j) = (a) - (i)	219.328
Suficiência de capital - % (k) = (j) / (a)	79,01%

5. Disponível: Os saldos de caixa estão mensurados a valor justo através do resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2014	2013
Caixa e bancos	5.575	1.857
Total	5.575	1.857

6. Aplicações: 6.1. Composição das aplicações:

Descrição	2014					Taxa média de juros	Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros		
	Valor mobiliário	Valor de mercado / avaliado pela curva	Valor mobiliário	Valor de mercado / avaliado pela curva			
	avaliado pela curva	contábil	avaliado pela curva	contábil			
Títulos de renda fixa - Privados	-	-	225.374	226.090		226.090	
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-	
Pós-fixado CDI	-	-	8.889	8.877	101,34%CDI	8.877	
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	-	-	-	-	-	-	
Pós-fixado CDI	-	-	23.006	23.051	111,8%CDI	23.051	
Letras financeiras	-	-	172.669	173.351	110,62%CDI	173.351	
Notas promissórias	-	-	20.810	20.811	105,59%a.a.	20.811	
Títulos de renda fixa - Públicos	-	-	552.085	541.218		541.218	
Notas do tesouro nacional - Série B	-	-	12.410	10.537	IPCA + 5,04%	10.537	
Notas do tesouro nacional - Série F	-	-	173.751	166.593	11,43%a.a.	166.593	
Letras financeiras do tesouro	-	-	172.998	172.919	SELIC	172.919	
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	
Pré-fixado	-	-	192.926	191.169	11,01%a.a.	191.169	
Cotas de fundos de investimento	89.238	89.210	-	-		89.210	
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	84.263	84.263	-	-		84.263	
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	-	-	-	-		-	
Letras financeiras do tesouro	3.406	3.406	-	-	SELIC	3.406	
Títulos da dívida agrária	445	417	-	-	a.a.	417	
Operações compromissadas	1.112	1.112	-	-	SELIC	1.112	
Outros	12	12	-	-		12	
Total	89.238	89.210	777.459	767.308		856.518	
Percentual de participação nas aplicações		10,42%		89,58%		100%	
Total						856.518	
Circulante						856.518	

6.2. Movimentação das aplicações:

Descrição	2014		Total
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	
Saldo em 01/01/2013	337.303	295.907	633.210
Aplicações	9.338.887	305.183	9.644.070
Rendimento resgate	(32.603)	(12.807)	(45.410)
Principal resgate	(9.368.064)	(107.428)	(9.475.492)
Resultado financeiro	20.346	34.586	54.932
Ajuste a valor de mercado	-	(3.819)	(3.819)
Outros recebimentos/ (pagamentos)	915	-	915
Saldo em 31/12/2013	296.784	511.622	808.406

Descrição	2014		Total
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	
Saldo em 31/12/2013	296.784	511.622	808.406
Aplicações	6.180.521	674.012	6.854.533
Rendimento resgate	(35.525)	(44.690)	(80.215)
Principal resgate	(6.376.931)	(430.717)	(6.807.648)
Resultado financeiro	23.919	63.121	87.040
Ajuste a valor de mercado	-	(6.040)	(6.040)
Outros recebimentos/ (pagamentos)	442	-	442
Saldo em 31/12/2014	89.210	767.308	856.518

6.3. Análise de sensibilidade das aplicações: As análises de sensibilidade das aplicações foram elaboradas considerando: (i) a metodologia de VaR paramétrico que utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Nos quadros abaixo apresentamos o cálculo do ganho ou (perda) esperada em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia VaR e do ganho ou (perda) com a oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de risco	2014	
	VaR 95%	DV1=0,01%
Prefixado	1.647,0	90,0
IPCA	161,3	14,6
Taxa Referencial	(0,4)	(0,1)
Total	1.807,9	104,5

Fatores de risco	2013	
	VaR 95%	DV1=0,01%
Prefixado	30,9	-
IPCA	110,4	(0,5)
Taxa Referencial	10,5	(0,2)
Outros	(41,2)	3,6
Total	110,6	2,9

Os ativos referenciados a CDI e SELIC, não apresentam DV01 devido a effective duration ser de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais fatores de risco não apresentaram resultados significativos devido a sua baixa volatilidade (inferiores a R\$1). **6.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado:** Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA. Esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluindo no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 2: • Títulos de renda fixa - públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; **• Certificados de depósito bancário (CDB) e letras financeiras (LF):** Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: são calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da BM&FBOVESPA, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDB e LF das carteiras administradas/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; **• Depósito a prazo com garantia especial (DPGE):** São títulos pré-fixados e pós-fixados em CDI, SELIC ou índices de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito, formado pelo conjunto das operações de DPGE das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; e **• Cotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

Descrição	2014	
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado	89.210	
Disponível para venda		767.308
Total		856.518

Descrição	2013	
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado	296.784	
Disponível para venda		511.622
Total		808.406

7. Créditos das operações de capitalização: Em 31/12/2014, representam créditos a receber de parcerias comerciais relativos a determinados produtos da Companhia, a vencer em até 60 dias, no valor de R\$82.444 (R\$216.081 em 2013). Os referidos créditos são liquidados financeiramente, na maioria dos casos, deduzidos dos resgates devidos aos referidos parceiros. A Companhia possui cinco parceiros comerciais que representam 51% do total desta rubrica (54% em 2013).

Descrição	2014					Taxa média de juros	Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros		
	Valor mobiliário	Valor de mercado / avaliado pela curva	Valor mobiliário	Valor de mercado / avaliado pela curva			
	avaliado pela curva	contábil	avaliado pela curva	contábil			
Títulos de renda fixa - Privados	2.183	2.183	166.182	166.800		168.983	
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-	
Pós-fixado CDI	2.183	2.183	9.833	9.833	100,04%CDI	12.016	
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	-	-	-	-	-	-	
Pós-fixado CDI	-	-	76.844	77.037	112,21%CDI	77.037	
Letras financeiras	-	-	79.505	79.930	109,51%CDI	79.930	
Títulos de renda fixa - Públicos	-	-	349.520	344.822		344.822	
Notas do tesouro nacional - Série B	-	-	11.657	9.426	IPCA + 5,04% a.a.	9.426	
Letras financeiras do tesouro	-	-	185.069	185.043	SELIC	185.043	
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	
Pré-fixado	-	-	55.343	54.177	7,87% a.a. TR + 8,06%	54.177	
Títulos da dívida agrária	-	-	97.451	96.176	a.a.	96.176	
Cotas de fundos de investimento	294.601	294.601	-	-		294.601	
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	72.870	72.870	-	-		72.870	
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	221.731	221.731	-	-		221.731	
Letras financeiras do tesouro	185.215	185.215	-	-	SELIC	185.215	
Títulos da dívida agrária	1.668	1.668	-	-	a.a.	1.668	
Letras do tesouro nacional	250	250	-	-	11,18% a.a.	250	
Operações compromissadas	34.626	34.626	-	-		34.626	
Outros	(28)	(28)	-	-		(28)	
Total	296.784	296.784	515.702	511.622		808.406	
Percentual de participação nas aplicações		36,71%		63,29%		100%	
Total						808.406	
Circulante						490.312	
Não circulante						318.094	

Descrição	2014	2013
A vencer		
A vencer entre 01 e 30 dias	65.340	114.958
A vencer entre 31 e 60 dias	17.104	101.123
Total a vencer	82.444	216.081

Descrição	2014	2013
8. Títulos e créditos a receber:		
Contas a receber de corretores (a)	2.002	2.002
Contas a receber da venda de imóveis	1.224	1.424
Dividendos a receber (b)	8.164	9.315
Outras contas a receber	1.765	2.120
Redução ao valor recuperável	(4.946)	(4.752)
Total	8.209	10.109
Circulante	8.209	10.109

(a) Representam créditos a receber de corretores referentes a operações realizadas no passado para os quais a Administração da Companhia considera que estão em redução ao valor recuperável por considera-los

9.2. Tributos a compensar / recuperar:

Descrição	01/01/2013	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	31/12/2013
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	4.095	9.138	137	(10.018)	3.352
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.753	2.290	113	(2.302)	1.854
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	58	-	4	-	62
Programa de Integração Social - PIS	-	13	-	-	13
Total	5.906	11.441	254	(12.320)	5.281
Circulante					2.522
Não circulante					2.759

Descrição	31/12/2013	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	31/12/2014
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	3.352	1.443	117	(1.044)	3.868
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.854	2	56	(1.912)	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	62	-	4	(66)	-
Programa de Integração Social - PIS	13	2.031	-	-	2.044
Total	5.281	3.476	177	(3.022)	5.912
Circulante					3.169
Não circulante					2.743

9.3. Movimentação dos créditos e débitos tributários: As bases do imposto de renda e da contribuição social diferidos são compostas da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01/01/2013	Consti-tuição	Reali-zação	Saldo em 31/12/2013
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	11.547	5.254	(1.397)	15.404
Redução ao valor recuperável de créditos	1.525	347	-	1.872
Provisões indedutíveis	1.421	3.589	(740)	4.270
Outros	-	69	-	69
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	14.493	9.259	(2.137)	21.615
Bases negativas de contribuição social	5.704	2.635	(956)	7.383
Ajuste a valor de mercado	105	2.351	(824)	1.632
Outros	-	1.748	-	1.748
Total dos créditos tributários	20.302	15.993	(3.917)	32.378
Ajuste a valor de mercado	(2.455)	-	-	(2.455)
Total dos débitos tributários	(2.455)	-	-	(2.455)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	17.847	15.993	(3.917)	29.923

Descrição	Saldo em 31/12/2013	Consti-tuição	Reali-zação	Saldo em 31/12/2014
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	15.404	80.868	(70.672)	25.600
Redução ao valor recuperável de créditos	1.872	26	(24)	1.874
Provisões indedutíveis	4.270	2.611	(1.675)	5.206
Outros	69	-	-	69
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	21.615	83.505	(72.371)	32.749
Bases negativas de contribuição social	7.383	17	(5.108)	2.292
Ajuste a valor de mercado	1.632	8.332	(5.904)	4.060
Outros	1.748	1.846	(1.798)	1.796
Total dos créditos tributários	32.378	93.700	(85.181)	40.897
Ajuste a valor de mercado	(2.455)	-	-	(2.455)
Total dos débitos tributários	(2.455)	-	-	(2.455)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	29.923	93.700	(85.181)	38.442

Em 31/12/2014, o saldo acumulado de base negativa de contribuição social é de R\$15.274 (R\$49.220 em 2013) e totalizam créditos de contribuição social diferido no montante de R\$2.292 (R\$7.383 em 2013). Esse saldo é oriundo dos exercícios de 2002, 2003 e 2006, e sua total realização está prevista para 2015. A parcela constituída em 2013 refere-se à adequação da majoração da alíquota de 9% para 15%, uma vez que a Companhia questiona judicialmente a referida majoração. As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias.

de difícil realização, no montante de R\$2.002 em 31/12/2014 e 2013. (b) Dividendos a receber de parte relacionada conforme descrito na nota 15.

9. Créditos e débitos tributários e previdenciários e tributos diferidos:

Descrição	2014	2013
-----------	------	------

dívida ativa, com a utilização de crédito tributário de prejuízo fiscal de imposto de renda e da base negativa de contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, com o objetivo de parcelar valores de principal devidos relativos basicamente à COFINS, Contribuição Social (CSLL) e Imposto de Renda (IRPJ), os quais se encontravam em discussão nas esferas administrativa ou judicial. O montante total das obrigações incluído no "NOVO REFIS", na data da adesão, foi de R\$20.411 (líquido da redução dos benefícios previstos), sendo R\$17.620 correspondente a valores que já estavam registrados como provisões e R\$2.791 de principal cuja provisão foi constituída quando da adesão ao "NOVO REFIS". O montante de R\$2.791 era composto por R\$2.349 referente à Contribuição Social e R\$442 de outros tributos. Em 09 de outubro de 2013, a Lei nº 12.865 aprovou a reabertura dos prazos estabelecidos na Lei nº 11.941 citada acima. Em dezembro de 2013, a Companhia incluiu novos valores relativos à CSLL e ao IRPJ, que estavam em discussão nas esferas administrativa e/ou judicial. O montante das obrigações incluídas foi de R\$6.874 (líquido das reduções de 90% das multas de mora ou de ofício, 35% das multas isoladas, 40% dos juros e 100% dos encargos legais), que será pago em 30 parcelas iguais e mensais, atualizadas com base na variação da taxa SELIC. O impacto total no resultado da Companhia foi uma despesa de R\$ 5.252. Em 13 de novembro de 2014, a Lei nº 13.043 aprovou a reabertura dos prazos estabelecidos na Lei nº 11.941 citada acima. Em novembro de 2014, a Companhia incluiu novos valores

14. Provisões técnicas: 14.1. Movimentação das provisões técnicas:

	Provisão matemática para capitalização (PMC)	Provisão para resgates (PR)	Provisão para sorteios a realizar (PSR)	Provisão para sorteios a pagar (PSP)	Provisão Complementar de Sorteio (PCS)	Provisão para despesas administrativas (PDA)	Total
Saldo em 01/01/2013	538.500	28.208	1.681	29.792	-	3.401	601.582
Incremento	1.492.560	-	281.710	259.233	-	238	
Transferência entre reservas	(1.347.173)	1.347.173	-	-	-	-	
Cancelamentos	(5.804)	(10)	-	(425)	-	-	
Pagamentos / baixas	(2.987)	(1.345.229)	(279.297)	(243.869)	-	-	
Atualização monetária / juros	30.016	1.704	875	76	-	-	
Saldo em 31/12/2013	705.112	31.846	4.969	44.807	-	3.639	790.373
Incremento	1.482.725	-	301.908	297.832	5	2.347	
Cancelamentos	(3.813)	-	-	(394)	-	-	
Transferência entre reservas	(1.626.108)	1.626.108	-	-	-	-	
Pagamentos / baixas	(3.399)	(1.637.438)	(307.785)	(291.817)	(5)	-	
Atualização monetária / juros	36.340	2.675	994	419	-	-	
Saldo em 31/12/2014	590.857	23.191	86	50.847	-	5.986	670.967

14.2. Garantia das provisões técnicas: As provisões técnicas possuem as seguintes coberturas:

Descrição	2014	2013
Provisões técnicas	670.967	790.373
Ativos dados em garantia:		
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	84.263	72.870
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	4.946	221.731
Títulos de renda fixa - Públicos	541.218	344.822
Títulos de renda fixa - Privados	223.682	168.983
Total de ativos	854.109	808.406
Ativos vinculados em excesso	183.142	18.033

15. Partes relacionadas: 15.1. Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
			2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (b)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A	25	2	-	-	-	63	-	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (g)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	20	-	-	-	-	23	(64)	-
Saepar Serviços e Participações S.A. (c)	Controladora indireta	Sul América S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(992)
Sul América Saúde Companhia de Seguros (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	-	2	-	-	(426)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	-	-	-	(259)	-
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	168	60	-	-	(1.563)	(636)
Caixa Capitalização S.A. (f)	Coligada	Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda.	8.164	9.315	-	-	-	-	-	-
Gouvea Vieira Advocacia (h)	Outros	Outros	-	-	-	-	-	-	(20)	-
Gouvea Vieira Advogados Associados (h)	Outros	Outros	-	-	-	-	-	-	(89)	-
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (f)	Controladora	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	17.679	-	-	-	-	-
Total			8.209	9.317	17.847	60	25	63	(1.995)	(2.054)

(a) Valor referente à conta corrente entre empresas do grupo; (b) Valor referente à receita com aluguel intergrupo; (c) Valor referente ao rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa; (d) Refere-se ao seguro saúde dos funcionários da Companhia; (e) Refere-se à taxa de administração por serviços de gestão de ativos; (f) Valor referente aos dividendos a receber ou a pagar entre acionistas, titulares ou sócios; (g) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; e (h) Serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Em 2014, a Companhia recebeu de sua coligada Caixa Capitalização S.A. dividendos no montante de R\$ 37.263 (R\$ 39.228 em 2013) e pagou dividendos aos seus acionistas no montante de R\$15.300 (R\$10.743 em 2013). **15.2. Remuneração da administração:** A Administração incluiu os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós-emprego	Total	
		2014	2013
Contas a pagar			
Em 2014	2.557	5.052	7.609
Em 2013	2.070	4.383	6.453
Despesas			
Em 2014	(6.191)	(327)	(6.518)
Em 2013	(8.997)	(226)	(9.223)

16. Compromissos e ônus a liquidar: 16.1. Outros créditos: Em 31/12/2014, o saldo de R\$1.499 (R\$1.163 em 2013) da rubrica "Outros créditos", no ativo circulante, é composto principalmente por recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais no montante de R\$1.255 (R\$1.003 em 2013). **16.2. Garantia das provisões técnicas:** A Companhia possui bens vinculados à SUSEP, oferecidos em garantia para coberturas das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 14.2. **17. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais:** Em 31/12/2014 e 2013, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, as provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões judiciais" no passivo circulante e não circulante e as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir: **17.1. Depósitos judiciais e fiscais:**

Descrição	2014	2013
Fiscais:		
COFINS	27	25
PIS	19.732	17.435
CSLL	25.513	18.572
IRPJ	13.062	12.262
Outros	312	1.831
Previdenciárias:		
INSS	8.391	8.125
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	18.952	17.972
Ações cíveis	11.707	10.021
Total	97.696	86.243
Não circulante	97.696	86.243

17.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

Descrição	Saldo em 01/01/2013	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/baixas	Saldo em 31/12/2013
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis	6.750	3.753	-	(1.084)	9.419
Trabalhistas	10.854	699	212	(2.273)	9.492
Honorários	-	422	-	-	422
Outros	-	41	-	-	41
Subtotal	17.604	4.915	212	(3.357)	19.374
Tributárias: (a)					
PIS	13.627	590	465	(427)	14.255
COFINS	13.669	-	572	-	14.241
CSLL	9.448	2.892	648	(3.123)	9.865
Imposto de renda	4.145	-	245	(4.390)	-
Multas	1.485	-	49	-	1.534
Honorários	-	2.752	-	-	2.752
Subtotal	42.374	6.234	1.979	(7.940)	42.647
Previdenciárias:					
INSS	7.152	203	370	-	7.725
Total	67.130	11.352	2.561	(11.297)	69.746
Não circulante					69.746

relativos à IRRF, que estava em discussão na esfera administrativa. O montante da obrigação incluída foi de R\$ 729 (líquido das reduções de 90% das multas de mora ou de ofício, 35% das multas isoladas, 40% dos juros e 100% dos encargos legais), que será pago em 30 parcelas iguais e mensais, atualizadas com base na variação da taxa SELIC. O impacto total no resultado da Companhia foi uma despesa de R\$ 729. Em 31/12/2014, as obrigações correspondem a R\$34.404 (R\$38.647 em 2013), sendo R\$11.681 (R\$14.072 em 2013) no passivo circulante e de R\$22.723 (R\$24.575 em 2013) no passivo não circulante. **13. Depósitos de terceiros:** Os depósitos de terceiros são representados basicamente por cobrança antecipada de arrecadação com títulos de capitalização. Sua distribuição por idade é apresentada a seguir:

Descrição	2014	2013
De 01 a 30 dias	5.927	1.427
De 31 a 60 dias	1.244	237
De 61 a 120 dias	497	168
De 121 a 180 dias	115	32
De 181 a 365 dias	750	56
Acima de 365 dias	77	138
Total	8.610	2.058

capital no valor de R\$69.660, referente à 86 ações ordinárias, emitidas em 2013. Em 02/09/2014, foi aprovado, pela SUSEP o aumento do capital social em R\$10.549, sendo parte do referido aumento realizado mediante a conversão de crédito (AFAC) de titularidade do acionista Sul América Santa Cruz Participações S.A., no valor de R\$10.000 com a emissão de 13 ações ordinárias. **18.2. Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 20% do capital social. **18.3. Reserva estatutária:** Constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para reserva legal e dividendos, não podendo exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deliberará sobre aplicação do excesso na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. **18.4. Ajuste de avaliação patrimonial:** A rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos a títulos próprios e de sua coligada e as perdas atuariais não realizadas com plano de pensão de benefício definido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. **18.5. Política de distribuição de dividendos:**

- Dividendos obrigatórios:** O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor.
- Dividendos adicionais:** Os dividendos adicionais são aqueles propostos acima do montante obrigatório em um exercício social e aprovados para pagamento pela Assembleia Geral de Acionistas no ano seguinte.

18.6. Distribuição de resultado:

Destinação do lucro líquido do exercício	2014	2013
Lucro líquido do exercício antes dos impostos e participações	108.494	75.741
(-) Impostos e contribuições	(28.698)	(8.902)
(-) Participações	(929)	(2.419)
Subtotal	78.867	64.420
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(3.943)	(3.221)
Lucro líquido ajustado	74.924	61.199
Dividendos mínimos propostos	(18.731)	(15.300)
Dividendos adicionais	(13.586)	-
Constituição da reserva estatutária	(42.607)	(45.899)

19. Detalhamento das contas do resultado: 19.1. Receita líquida com títulos de capitalização:

Descrição	2014	2013
Arrecadação com título de capitalização	2.071.053	1.897.344
Devolução e cancelamentos com títulos de capitalização	(4.896)	(7.201)
Variação da provisão para resgate	(1.478.912)	(1.486.746)
Total	587.245	403.397

19.2. Custos de aquisição:

Descrição	2014	2013
Despesas de corretagem	(20.195)	(18.654)
Despesas de custeamentos de venda (a)	(203.281)	(37.634)
Total	(223.476)	(56.288)

(a) Em 2014, a Companhia adequou os produtos da modalidade "Popular" às práticas determinadas pela SUSEP para os distribuidores, por meio da Circular SUSEP nº 460/2012. Nesta nova forma os produtos possuem uma despesa de comercialização superior aos antigos.

19.3. Outras receitas e despesas operacionais:

Descrição	2014	2013
Receita com resgates de títulos de capitalização	3.399	3.033
Receita com prescrição de exigibilidade	3.542	1.965
Despesas com provisões cíveis	(4.653)	(3.128)
Outras receitas e despesas operacionais	(2.347)	(3.611)
Total	(59)	(1.741)

19.4. Despesas administrativas:

Descrição	2014	2013
Pessoal próprio (a) (b)	(23.690)	(29.222)
Serviços de terceiros	(7.668)	(14.715)
Localização e funcionamento	(4.148)	(7.183)
Processos trabalhistas	(364)	(857)
Outras despesas administrativas	(2.382)	(1.358)
Total	(38.252)	(53.335)

(a) Inclui remuneração do pessoal-chave da Administração. (b) Em 31/12/2014 e 2013, os benefícios aos funcionários estão representados basicamente por:

Descrição	2014	2013
Remunerações	(10.371)	(11.605)
Encargos sociais	(3.654)	(4.292)
Indenizações e rescisões	454	1.572
Vale alimentação, refeição e transporte	(2.327)	(2.824)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(64)	(953)
Previdência Privada	(194)	(40)
Outros benefícios	(227)	(538)
Total	(16.383)	(18.680)

19.5. Despesas com tributos:

Descrição	2014	2013
COFINS	(11.956)	(5.410)
PIS	(1.125)	(452)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(339)	(414)
Outros (a)	7.199	(235)
Total	(6.221)	(6.511)

(a) Reversão de COFINS não operacional no valor de R\$ 7.448.

19.6. Resultado financeiro: 19.6.1. Resultado financeiro por categoria:

Descrição	2014	2013
Títulos e valores mobiliários	87.040	54.932
Valor justo por meio do resultado	23.919	20.346
Disponível para venda	63.121	34.586
Operações de capitalização	(40.455)	(32.671)
Atualização monetária e juros de depósitos judiciais, da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(1.533)	(5.179)
Outros	7.797	75
Total	52.849	17.157

19.6.2. Receitas financeiras:

Descrição	2014	2013
Valorização de cotas de fundos de investimentos	23.740	22.498
Títulos de renda fixa - Privados	22.635	13.636
Títulos de renda fixa - Públicos	41.884	21.367
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	4.569	2.781
Outras	12.960	1.890
Total	105.788	62.172

19.6.3. Despesas financeiras:

Descrição	2014	2013
Operações de capitalização	(40.455)	(32.671)
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(1.219)	(

Descrição	2014		2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	108.494	108.494	75.741	75.741
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(27.124)	(16.274)	(18.935)	(11.361)
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	—	(1.303)	(1.574)	(944)
Redução ao valor recuperável	(72)	(43)	(43)	(26)
Despesas indedutíveis	(384)	(184)	(292)	(133)
Provisões não dedutíveis	(8.240)	(4.944)	(2.271)	(1.362)
Outras adições	—	(4)	(243)	—
Subtotal	(8.696)	(6.478)	(4.423)	(2.489)
Exclusões:				
Ajustes de investimentos em coligadas e controladas	9.270	5.562	9.807	5.884
Reversão de provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	1.402	—	—	—
Reversão de provisões não dedutíveis	—	—	1.876	1.043
Encargos sobre participações nos lucros	367	220	484	290
Outras	718	—	—	—
Subtotal	11.757	5.782	12.167	7.217
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Compensações	—	5.090	1.189	1.679
Subtotal	—	5.090	1.189	1.679
Redução de incentivos fiscais	1.204	—	—	—
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(22.859)	(11.880)	(10.002)	(4.954)
Despesas com imposto de renda e contribuição social exercício anterior	—	—	(1.696)	(1.051)
Diferidos:				
Constituição/(reversão) - Crédito tributário prejuízo fiscal/base negativa	—	(5.092)	—	1.679
Constituição - Crédito tributário sobre diferenças temporárias	5.506	5.627	3.715	3.407
Receitas com imposto de renda e contribuição social diferido	5.506	535	3.715	5.086
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(17.353)	(11.345)	(7.983)	(919)
Alíquota efetiva	16%	10%	11%	1%
Alíquota efetiva combinada	—	26%	—	12%

20. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido:

Descrição	2014		
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Benefício pós emprego	Total
Base de cálculo	(6.040)	(122)	(6.162)
Imposto de renda	1.510	31	1.541
Contribuição social	906	18	924
Total	2.416	49	2.465
Líquido	(3.624)	(73)	(3.697)

Descrição	2013		
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Benefício pós emprego	Total
Base de cálculo	(3.819)	(5.949)	(9.768)
Imposto de renda	955	1.487	2.442
Contribuição social	573	892	1.465
Total	1.528	2.379	3.907
Líquido	(2.291)	(3.570)	(5.861)

Parecer dos atuários independentes

Aos Acionistas e aos Administradores da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP - Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2014, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo e da solvência elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do


capital mínimo e da solvência estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, a nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência acima referidos da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP em 31 de dezembro de 2014 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária

21. Outras informações - Seguros: Em 31/12/2014, a Companhia tinha a cobertura para danos materiais de R\$339 (R\$2.995 em 2013), e cobertura para perda de aluguel, danos elétricos e quebra de vidros de R\$321 (R\$551 em 2013), totalizando uma cobertura total de R\$660 (R\$ 3.546 em 2013). **22. Conciliação entre lucro líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais:**

	2013	
	2014	(Reclassificado)
Lucro líquido do exercício	78.867	64.420
Mais		
Depreciações e amortizações	392	427
Juros e variações monetárias de ações judiciais e obrigações fiscais	5.812	2.559
Menos		
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(37.081)	(39.229)
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais	(6.992)	(2.781)
Juros e variações monetárias de créditos a compensar	(177)	(254)
Atividades operacionais		
Variação de aplicações	(56.126)	(179.016)
Variação de créditos e débitos das operações de capitalização	133.637	(142.151)
Variação de títulos e créditos a receber	(11.228)	(34.663)
Variação de outros valores e bens	71	85
Variação de despesas antecipadas	11	(36)
Variação de dividendos/Juros sobre Capital Próprio Recebidos de Controladas e Coligadas	—	39.228
Variação de contas a pagar e outros débitos	27.568	18.966
Variação de depósitos de terceiros	6.552	(1.471)
Variação de provisões técnicas - Capitalização	(119.406)	188.791
Variação de outros débitos	2.556	(217)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	24.456	(85.342)

Conselho de Administração: Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas. **Conselheiros:** Carlos Infante Santos de Castro; Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretoria: Presidente:** Gabriel Portella Fagundes Filho. **Vice-Presidente:** Sérgio Alfredo Diuana. **Diretores:** César Tadeu Alonso Dominguez; Laenio Pereira dos Santos; Leila Ribeiro de Azevedo e Gregorio; André Luiz Lauzana dos Santos. **Contador:** Mauro Reis d'Almeida - CRC RJ 066.620/O-7. **Atuário:** Anna Paula Nardi de Almeida - MIBA/MTPS/660.

- IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015.

 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. - CIBA 48 Joel Garcia - Atuário - MIBA 1131

Demonstrativos do Parecer dos Atuários Independentes Em 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas	
Total	670.967
2. Demonstrativo do capital mínimo	
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (b)	58.259
Exigência de Capital (CMR) (Máximo de a e b)	58.259
3. Demonstrativo da Solvência	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	277.587
Exigência de Capital (CMR) (b)	58.259
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (a - b)	219.862
Índice de Liquidez em relação ao CMR (*)	314%
(*) O índice de liquidez em relação ao CMR requerido pela Resolução CNSP nº 302/2013 é de 20%.	

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014

1. O Comitê de Auditoria da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP ("Companhia") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 até a presente data: • Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias interna e independente, bem como com os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê de Auditoria ("Comitê"); • Constatou que não foram identificadas deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade das auditorias independente e interna e do sistema de controles internos da Companhia; • Verificou que a auditoria interna

e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da Companhia, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade da auditoria interna e do sistema de controles internos da Companhia; • Com base nas informações das auditorias independente e interna, não identificou falhas no cumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da Companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e • Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, considerando-as adequadas quanto à observância

das práticas contábeis referendadas pela SUSEP e adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação ou arquivamento junto à SUSEP. 2. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 25 da Resolução CNSP nº 312, de 16 de junho de 2014. 3. O Comitê verificou o atendimento ao disposto no § 4º do art. 14 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007 e não identificou o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2015. Carlos José da Silva Azevedo - Presidente; Jorge Augusto Hirs Saab - Membro; Domingos Carelli Neto - Membro.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Acionistas da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP - Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se

causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015

 KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carlos Eduardo Munhoz Contador CRC 1SP138600/O-7